

## POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO SISTEMA ESTADUAL DO PARÁ

Roberto Adriano Sales Lima<sup>1</sup>  
Catia Oliveira Macedo<sup>2</sup>

**Resumo:** A Educação Profissional e Tecnológica Estadual do Pará (EPT-Pa) tem se caracterizado por apresentar uma trajetória marcada por constantes reformas, as quais têm dificultado o aperfeiçoamento de muitos de seus aspectos, predominantemente, o político-pedagógico. A pesquisa que desenvolvemos procurou discutir as políticas de gestão aplicadas a esse sistema de ensino ao longo de diferentes projetos de governo (de 1998 a 2018), a fim de compreender como os posicionamentos governamentais, impactaram na concepção/modelo de educação profissional adotado pelo mesmo e quais foram seus reflexos no trabalho docente e na condução do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Neste ínterim, verificou-se que a hegemonia na aplicação práticas gerencialistas foi o fator que mais contribuiu para a sua condição de letargia. Constatou-se também uma falta de clareza quanto ao modelo pedagógico que é adotado pela rede. Como principal problema de pesquisa, buscamos compreender de que forma as constantes alterações nas políticas de gestão da EPT-Pa têm impactado no quadro docente e na proposta de ensino médio integrado. A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu de uma revisão bibliográfica, análise de documentos e levantamento de dados através de entrevistas. Na argumentação teórica, optou-se por autores que se utilizam do materialismo histórico-dialético, tais como Araújo, Frigotto, Ramos, dentre outros, por entendermos que este método é suficientemente adequado à leitura da inter-relação que se realiza entre educação, trabalho e políticas públicas.

**Palavras-chave:** Gestão. Educação Profissional e Tecnológica. Políticas Públicas. Sistema Estadual.

## PUBLIC POLICIES AND MANAGEMENT OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN THE STATE SYSTEM OF PARÁ

**Abstract:** The State Professional and Technological Education of Pará (EPT-Pa) has been characterized by presenting a trajectory marked by constant reforms, which have hindered the improvement of many of its aspects, predominantly the political-pedagogical one. The research we developed sought to discuss the management policies applied to this education system throughout different government projects (from 1998 to 2018), in order to understand how government positions impacted the conception/model of professional education adopted by it. and what were its effects on teaching work and the conduct of Secondary Education Integrated with Professional Education. In the meantime, it was found that the hegemony in the application of managerial practices was the factor that most contributed to their lethargic condition. There was also a lack of clarity regarding the pedagogical model adopted by the network. As the main research problem, we seek to understand how the constant changes in EPT-Pa management policies have impacted the teaching staff and the proposal for integrated secondary education. The methodology used in this research consisted of a bibliographic review, document

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. Especialista em Gestão de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica pela Escola de Governança Pública do Pará. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Pará. E-mail de contato: [roberto.sectet@gmail.com](mailto:roberto.sectet@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Professora Adjunta na Universidade Estadual do Pará. E-mail de contato: [ccatiamacedo@gmail.com](mailto:ccatiamacedo@gmail.com)

analysis and data collection through interviews. In the theoretical argument, we chose authors who use historical-dialectical materialism, such as Araújo, Frigotto, Ramos, among others, as we understand that this method is sufficiently adequate to read the interrelationship that takes place between education, work and public policies.

**Keywords:** Management. Professional and Technological Education. Public policy. State System.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS Y GESTIÓN DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA EN EL SISTEMA ESTATAL DE PARÁ**

**Resumen:** La Educación Profesional y Tecnológica del Estado de Pará (EPT-Pa) se ha caracterizado por presentar una trayectoria marcada por constantes reformas, que han dificultado la mejora de muchos de sus aspectos, predominantemente el político-pedagógico. La investigación que desarrollamos buscó discutir las políticas de gestión aplicadas a este sistema educativo a lo largo de diferentes proyectos de gobierno (de 1998 a 2018), con el fin de comprender cómo las posiciones gubernamentales impactaron la concepción/modelo de educación profesional adoptada por el mismo, y cuáles fueron sus efectos en la labor docente y en la conducción de la Educación Secundaria Integrada con la Educación Profesional. Mientras tanto, se encontró que la hegemonía en la aplicación de prácticas gerenciales fue el factor que más contribuyó a su condición de letargo. También hubo falta de claridad sobre el modelo pedagógico adoptado por la red. Como principal problema de investigación buscamos comprender cómo los constantes cambios en las políticas de gestión de la EPT-Pa han impactado en el profesorado y en la propuesta de educación secundaria integrada. La metodología utilizada en esta investigación consistió en una revisión bibliográfica, análisis de documentos y recolección de datos a través de entrevistas. En el argumento teórico, elegimos autores que utilizan el materialismo histórico-dialéctico, como Araújo, Frigotto, Ramos, entre otros, por entender que ese método es suficientemente adecuado para leer la interrelación que se da entre educación, trabajo y políticas públicas.

**Palabras clave:** Gestión. Educación Profesional y Tecnológica. Políticas públicas. Sistema Estatal.

### **Introdução**

O sistema estadual de educação profissional do Pará tem apresentado um significativo desempenho em seu período mais recente. Uma prova disso é que no ano de 2020, o mesmo respondeu por 60% da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (Técnicos e de Formação Inicial e Continuada<sup>3</sup>) do sistema público, com um total de 15.611 matrículas (BRASIL, 2021).

Apesar dessa representatividade, o mesmo ainda não possui um volume significativo de estudos e pesquisas que possibilitem a construção de uma visão mais clara sobre sua trajetória

<sup>3</sup> Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ou seja, de qualificação profissional. São organizados para preparar para a vida produtiva e social, promovendo a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho.

histórica, nem mesmo de sua fase mais contemporânea.

Como principal problema de pesquisa, buscamos compreender de que forma as constantes alterações nas políticas de gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem impactado no quadro docente e na proposta de ensino médio integrado do sistema estadual de educação profissional do Pará?

Para dar conta desta problemática procuramos detalhar as diferentes estratégias de gestão direcionadas à EPT estadual, revendo desde a parceria realizada com uma Organização Social (OS) nos governos de Almir Gabriel e Simão Jatene do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) - de 1998 a 2006 -, até a breve retomada da educação profissional pela administração direta realizada pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) no governo de Ana Júlia Carepa do Partido dos Trabalhadores (PT) – entre 2007 a 2010 - e finalizando com o retorno do PSDB (novamente com Simão Jatene) entre 2011 a 2018.

Optamos pela abordagem qualitativa tendo em vista que um dos objetivos deste trabalho é captar a percepção dos docentes sobre as diretrizes norteadoras da educação profissional estadual. E, como nos assegura Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

A revisão bibliográfica foi respaldada, predominantemente, em teóricos como Araújo (2010), Ramos (2008), Frigotto (2001), Burnier (2007) e Giron (2012), os quais apresentam produções embasadas no materialismo histórico-dialético e por entendermos que este método é o que melhor realiza a leitura da interface existente entre educação, trabalho e políticas públicas, na qual a educação profissional está inserida. Tal método também subsidia o necessário resgate histórico das políticas públicas direcionadas à EPT estadual em meio às disputas e contradições das diversas propostas de governo que se sucederam ao longo do período em estudo.

Para consubstanciar esta pesquisa, optamos por utilizar o questionário eletrônico (Google Forms) para realizar o levantamento de dados junto aos docentes da EPT-Pa, tendo em vista dois fatores principais. O primeiro esteve relacionado à ocorrência da Pandemia do Coronavírus, a qual

limitou bastante a aproximação entre as pessoas. O segundo é que tal ferramenta vem sendo largamente utilizada em áreas diversas tais como as ciências sociais, economia, educação e administração. Como ferramenta operativa, é usada em pesquisas nas quais se investiga de modo sistemático a opinião de dada população sobre um assunto específico, auxiliando o pesquisador no acesso a eventos ocorridos no passado, na elaboração de perfis de comportamento e de diagnósticos diversos (VASCONCELLOS; GUEDES, 2007, p. 4).

Para o tratamento dos dados coletados, utilizamos a análise de conteúdos, pois segundo Gomes (2001) esta técnica nos permite optar por vários tipos de unidades de registro (palavras, frases ou orações) e unidades de contexto, o qual consiste em precisar/situar o contexto do qual a mensagem faz parte (GOMES, 2001, p. 75). Nesta pesquisa recorreremos a ambas as unidades, pois ora utilizamos as respostas completas coletadas, ora apenas parte das respostas (palavras ou frases), mas sempre tendo o cuidado de realizar a devida contextualização das mesmas.

Para proteção do anonimato dos participantes foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TELC) e os nomes dos pesquisados foram codificados como “P1” a “P12”.

Destarte, procuramos mostrar que diante dessas dificuldades que o sistema estadual de educação profissional do Pará enfrenta, é imprescindível que o mesmo procure dispor de um projeto amplo e contínuo (de Estado e não de governo) voltado à resolução das questões relativas ao quadro docente e à efetiva implementação de Ensino Médio Integrado sob os princípios de uma pedagogia emancipadora, pois entendemos que a mesma se constitui como um importante instrumento de aperfeiçoamento para esta modalidade de ensino.

### **Práticas gerencialistas na educação**

A emergência das políticas neoliberais na educação brasileira remonta à década de 1990, período em que essa ideologia passou a ditar os rumos dos modelos educacionais tendo como grandes norteadores os princípios de Qualidade Total<sup>4</sup> do ensino para atender ao mercado globalizado. Como exemplo de marcos de difusão dessas políticas, temos a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990); o documento elaborado pela Comissão Econômica

---

<sup>4</sup> Qualidade Total representa o conjunto de iniciativas com foco na eficiência total da empresa, visando a satisfação e superação das necessidades e desejos do público-alvo. Os primeiros registros dessa modalidade gerencial são da década de 1930, quando o engenheiro americano Walter Shewhart desenvolveu os primeiros métodos estatísticos nesse sentido.

para a América Latina e Caribe - CEPAL, ambos alertando sobre a necessidade de implementação de mudanças educacionais demandadas pela reestruturação produtiva e textos do Consenso de Washington<sup>5</sup> que também fazem referência às necessidades de reformas econômicas e educacionais, dentre outros (GIRON, 2012; KUENZER, 2017).

Sobre essa tendência, Frigotto (2001), faz as seguintes considerações:

O desafio é, pois, o de termos a capacidade coletiva de distinguir o projeto de Educação Profissional patrocinado pelos organismos internacionais - Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.- aceito de forma subordinada pelo governo federal, do projeto que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 2001, p. 9-10).

Foi então nos governos de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) que essa conjuntura reformista se materializou. E como fruto desse processo, teremos a aprovação, em 1997, do projeto de LDB apresentado pelo senador Darcy Ribeiro (transformando-se na Lei n. 9.394/96) e também do Decreto n. 2.208/97, os quais adequaram o ensino médio e a educação profissional às finalidades do ideário neoliberal.

Paralelo a essa tendência de reformulação da legislação educacional, teremos também a aplicação de um novo modelo de administração pública na política brasileira. Essa nova forma organizacional e processual do Estado se caracteriza pela busca por maior eficiência associada à redução de investimentos públicos e para tanto, passa a recorrer às práticas competitivas do ambiente empresarial. Dentro desta lógica é que encontraremos o modelo de administração gerencialista que ao se inspirar nas práticas do setor privado têm se caracterizado por priorizar os fins em detrimento dos meios. Para tanto, procura sustentar-se nos princípios de eficiência e eficácia, no controle social, na busca do planejamento estratégico e na chamada responsabilização (accountability) (CARVALHO; SILVA, 2014).

As estratégias comumente adotadas pela administração gerencialista, ou seja, a terceirização e a realização de parcerias com as organizações do Terceiro Setor como as Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou as Organizações

---

<sup>5</sup> Também conhecido como Consenso Neoliberal, o Consenso de Washington é um documento que traça metas que definem o futuro da economia mundial, as políticas sociais e de desenvolvimento, e especificamente o papel do Estado na economia.



Sociais Civis de Interesse Público (OSCIP), tendem a conduzir as políticas públicas com demasiada ênfase na busca por resultados, ainda que com pesados custos sociais (FALCONER; FISCHER, 1998).

Neste sentido, no instante em que as práticas da administração gerencial são incorporadas às políticas públicas educacionais, estas começam a assumir feições de caráter mais mercantil. Difunde-se assim a premissa de que a melhora na administração pública somente poderia ocorrer se houvesse a transferência de muitas das funções do Estado para serem exercidas por empresas privadas, como no processo da terceirização, ou ainda se um novo ente social que não seja público e nem privado (Terceiro Setor<sup>6</sup>) assumisse parte das funções estatais (KUENZER, 2017).

Percebemos então como a lógica neoliberal sob a forma da administração gerencialista passa a moldar as políticas voltadas à educação. Para detalharmos um pouco mais nossa análise, partiremos para a compreensão de como e em que momentos esse modelo de administração neoliberal passa a impactar na gestão do sistema estadual de Educação Profissional e Tecnológica do Pará (EPT-Pa). E nesta breve análise, levaremos em consideração tanto as reformas legais exaradas pelo governo federal, quanto os diferentes projetos estaduais direcionados a essa modalidade educacional ao longo do período em estudo.

### **A constituição do sistema estadual de Educação Profissional e Tecnológica do Pará**

O primeiro passo na constituição do sistema estadual de EPT-Pa ocorreu em 1989 com a criação da Escola Técnica Estadual do Pará (ETEPA), no governo de Hélio da Mota Gueiros.

A Escola Técnica Estadual do Pará (ETEPA) nasce no governo de Hélio Gueiros e da então secretária de Educação, Terezinha Moraes Gueiros, em 23 de maio de 1989, em um projeto que fundiu a Escola Estadual Magalhães Barata, fundada em 1967, e o Centro Interescolar Maria da Silva Nunes, fundado em 1980, que funcionavam como duas escolas distintas em um mesmo terreno, no bairro do Telégrafo, em Belém. (TEODORO, 2010, p. 107).

<sup>6</sup> O terceiro setor é o conjunto de atividades voluntárias desenvolvidas em favor da sociedade, por organizações privadas não governamentais e sem o objetivo de lucro, independentemente dos demais setores (Estado e mercado).

Nos anos seguintes novas escolas foram adaptadas para ofertar a educação profissional, como por exemplo, a Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) Maria da Silva Nunes (Belém) e as E.E.E.M Juscelino Kubistchek (Marituba) e E.E.E.M Albertina Leitão (Santa Isabel do Pará), dentre outras (NASCIMENTO, 2012).

Essas ações passam a instituir o sistema estadual de educação profissional do Pará. Deste momento até o início do período delimitado para nossa pesquisa, a grande marca das políticas estaduais foi a preterição da educação secundária e com ela a educação profissional, pois diante do grande atraso educacional do estado, a prioridade do governo era com o ensino fundamental, conforme se pode constatar nas afirmações a seguir:

[...] e quanto ao ensino de 2º grau, ele apresentava o sistema estadual como incapaz de propiciar educação de qualidade para a maioria da população, tanto no tocante ao ensino, como nos fatores relacionados à gestão centralizada e antidemocrática. Estimava-se ali que houvesse um déficit de 671.142 vagas para o 2º grau [...] O referido atraso devia-se ao esquecimento desse nível intermediário e maior investimento dos últimos anos no 1º e 3º graus, tanto por municípios quanto Estado e União. (ALBERTO apud TEODORO, 2010 p. 107).

Vimos então que nesta fase tínhamos um ensino médio que recebia pouquíssima atenção do poder público estadual e nele a educação profissional lutava para se estruturar. Diante desta realidade a EPT estadual pouco se desenvolveu, apresentando assim um caráter muito incipiente. Por esse motivo decidimos deixar esse período de fora de nossa pesquisa.

Chegamos então a um ponto que muito nos interessa que é o período que definimos como sendo a trajetória recente do sistema estadual de educação profissional, ou seja, aquele que se inicia em 1998 (ano em que a gestão das Escolas Técnicas Estaduais é executada por uma Organização Social, a Organização Social Escola Técnica de Trabalho e Produção - OS-ETTP) e finaliza em 2018 (com o fim da sequência de governos do PSDB no Pará).

Neste período delimitado, entendemos como sua principal marca a aplicação de políticas descontinuadas, caracterizadas pela hegemonia do modelo de administração gerencialista levada à cabo pelos sucessivos governos do PSDB e por uma breve interrupção dessa tendência com a ascensão, em 2007, do governo de Ana Júlia Carepa (PT) e no qual se buscou algumas ações visando o aperfeiçoamento político-pedagógico desta modalidade de ensino estadual.

Este cenário de hegemonia dos governos do PSDB e seu projeto neoconservador, caracterizou-se pela busca por resultados na administração pública (tanto na esfera federal como na estadual) e também pela implementação de reformas na legislação pertinente ao ensino médio e profissional, tais como, a Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDBN) de 1996, o Decreto n. 2.208/97 e a programas como o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, os quais traziam em seu bojo as diretrizes neoliberais.

Outra grande marca do projeto do PSDB para a educação profissional estadual do Pará foi a aposta em um modelo de gestão realizado pelo Terceiro Setor, o qual na concepção neoliberal apresentaria melhores resultados que o setor público. Assim, em fins dos anos noventa ocorreu a transferência de gestão das onze escolas técnicas estaduais para a OS-ETTP.

Foi então neste ambiente de aplicação de diferentes modelos de gestão que a educação profissional pouco a pouco foi se estruturando, mas sem grandes preocupações com questões de ordem político-pedagógica. Pelo contrário, sua grande marca repousa nas ações descontinuadas e na permanência de antigos gargalos que impedem um maior aperfeiçoamento desta modalidade de ensino estadual.

O tópico a seguir consiste em uma revisão da reforma gerencialista aplicada à educação profissional do sistema estadual caracterizada pela experiência de gestão conduzida pela Organização Social Escola Técnica de Trabalho Produção (OS-ETTP), entre os anos de 1998 a 2008 e seus impactos no sistema de EPT estadual.

### **A controversa experiência de gestão da EPT estadual por uma Organização Social: o caso da OS-ETTP**

Passados alguns poucos anos de sua incipiente constituição como serviço público estatal, em 1989, a educação profissional estadual do Pará logo foi submetida à sua primeira e controversa reforma. Esta consistiu na realização de uma parceria entre o governo do estado e uma Organização Social para realizar a gestão das escolas tecnológicas.

Durante o período de 1998 a 2006, com o discurso de melhorar a eficiência da administração pública, o governo do estado sob o comando de Simão Jatene do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), resolve submeter a EPT estadual à gestão de uma Organização Social (OS).



Diante deste novo modelo de gestão foram investidos, na educação profissional do Pará, R\$43,3 milhões oriundos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Este programa foi criado com o objetivo anunciado de financiar a expansão física da Rede de Educação Profissional, pública e privada (ARAÚJO; ARAÚJO, 2017, p. 110). Neste sentido constatou-se que o mesmo

foi marcado por institucionalizar um sistema paralelo de formação profissional que podia se articular ao sistema regular de ensino, porém só de forma concomitante ou sequencial e não integrada; e pela intensificação da oferta de cursos profissionais básicos, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como para trabalhadores com qualquer nível de escolaridade, mas sem promoção desta. O Programa se constituiu como a firme demonstração, não só da interferência do mercado na formulação das políticas educacionais, mas também da transferência do capital público para a iniciativa privada. (NASCIMENTO, 2012, p. 67).

Seguindo as diretrizes do governo federal presentes no PROEP e sob a administração da Organização Social Escola Técnica de Trabalho e Produção (OS-ETTP), a educação profissional estadual em nada avançou, pelo contrário, ainda segundo Araújo; Araújo (2017) a estratégia de gestão da EPT estadual por uma Organização Social, se mostrou muito desastrosa, pois

As Escolas Técnicas de Trabalho e Produção representaram um projeto educacional que desobrigava o estado das funções educacionais, mas obrigava-o ao financiamento das atividades desenvolvidas por terceiros sem que tivesse o poder de decisão política sobre o uso destes recursos. (ARAÚJO; ARAÚJO, 2017, p. 111).

Além das questões expostas acima, pelo autor, ocorreu também o subaproveitamento do sistema escolar; a visão educacional restrita; a desarticulação com outros setores e políticas do Estado; a não colaboração para o fortalecimento de uma cultura de estudos, dentre outros fatores, que caracterizaram a gestão da EPT estadual pela OS-ETTP (TEODORO, 2010, p. 3).

Outro aspecto a se destacar é que mesmo com o grande volume de recursos repassados pelo PROEP à rede estadual, a infraestrutura das escolas continuava precária e os materiais e equipamentos necessários às práticas de ensino sempre eram escassos (ROCHA, 2010, p. 3).

### **A interrupção no projeto gerencialista**

O governo recém-eleito de Ana Júlia Carepa (PT) encerrou a experiência com a Organização Social OS-ETTP realizando seu distrato em 2008. Em seguida, por meio da Portaria nº 042/2008 de 11 de julho de 2008 cria a Rede de Escolas de Ensino Técnico do Estado do Pará (REDE EETEP), devolvendo a Educação Profissional à administração direta do estado, alocando-a na Secretaria Executiva de Educação - SEDUC. Para dar suporte a educação profissional recém-recuperada, é realizada uma reestruturação no organograma da SEDUC para que a mesma passasse a dispor de uma Diretoria de Ensino Médio e Profissional (DEMP), assim como de uma Coordenação de Educação Profissional (COEP) (NASCIMENTO, 2012, p. 103).

Mesmo diante desta estrutura ainda incipiente, a administração direta estadual já conseguia garantir um retorno econômico e social mais significativo que a experiência gerencialista do PSDB nos anos anteriores, pois segundo Araújo; Araújo (2017), ao final do período em que a OS-ETTP esteve à frente da educação profissional, encontrávamos a seguinte situação:

[...] no ano de 2006 haviam 1800 alunos matriculados nas escolas tecnológicas para um orçamento anual de mais de cinco milhões de reais (sem contar o pagamento de parte do pessoal docente). Já em 2008, depois do distrato da OS-ETTP e com a retomada da gestão das escolas pela SEDUC, o número de alunos passou para 4.957, com um custeio de pouco mais de um milhão de reais. (ARAÚJO; ARAÚJO, 2017, p. 7-8).

Neste momento, tivemos uma significativa mudança de rumo na política de gestão da EPT estadual, caracterizada pelo rompimento com o modelo gerencialista - representado pela experiência de gestão da OS-ETTP. Diante desta nova realidade, buscam-se diversas ações visando à implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no sistema de ensino estadual (ROCHA 2010, p. 14).

### **O desafio de implementação do ensino médio integrado à educação profissional**

Muitos são os fatores que dificultam a aplicação de políticas educacionais no dia-dia escolar, principalmente quando se trata de uma modalidade de ensino tão desafiadora quanto a Educação Profissional e Tecnológica. Estes fatores impeditivos, vão desde questões como escassez de recursos materiais e financeiros até ausência de processos formativos voltados ao corpo docente.

Bem, nosso objetivo neste momento não é o de elencar todas as dificuldades existentes na execução da proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica e sim o de dar especial atenção a um fator que se mostrou mais pertinente ao longo de nossa pesquisa. Trata-se da definição do modelo pedagógico que irá fundamentar o ensino médio integrado que se almeja alcançar.

Partindo desta perspectiva entendemos que grande parte da dificuldade de se implementar o ensino médio integrado está relacionada à falta de clareza quanto a proposta que de fato será colocada em ação no chão da escola. A aplicação de um projeto como este, requer uma clara definição quanto aos elementos teóricos e metodológicos que nortearão as práticas de ensino dos professores. Para que isso ocorra, é fundamental a oferta de processos formativos continuados aos profissionais da educação (professores, gestores escolares e técnicos), a fim de que os mesmos compreendam e dominem tais ferramentas necessárias à efetivação desta proposta pedagógica. Pois, segundo Araújo e Frigotto (2015),

[...] a história da educação brasileira, inclusive a profissional, é marcada pela disputa entre dois projetos principais: uma pedagogia pragmática, que busca subordinar a educação aos interesses imediatos da realidade dada, e uma pedagogia da práxis<sup>7</sup>, que se orienta para um tipo de formação que se compromete com a construção de um futuro e que busca favorecer processos de ampla qualificação dos trabalhadores. Essas duas abordagens podem ser entendidas de diferentes maneiras e também são diferentes as formas como elas se apresentam nas estratégias formativas. (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 1).

Nesta mesma linha de raciocínio Feres (2018), destaca também que:

[...] na prática, a experiência na implementação do ensino técnico integrado é complexa, o que leva muitas escolas a desenvolver currículos justapostos, que acumulam os conteúdos do ensino médio com os do ensino técnico. Portanto, em que pese a relevância da formação técnica integrada, são grandes os seus desafios, tendo em vista que ela está inserida numa cultura que tem dificuldades em integrar as dimensões da educação e do trabalho. (FERES, 2018, p. 32).

Diante do exposto, vemos que implementar efetivamente o Ensino Médio Integrado é um desafio e requer, antes de tudo, saber definir qual modelo pedagógico o sistema de ensino

---

<sup>7</sup> Trata-se de uma concepção de educação voltada a uma prática social transformadora, ou seja, despida de engessamentos e, portanto, constituída de um caráter processual, dinâmico e ininterrupto (MORAIS, 2016, p. 209).

quer promover. Se irá optar por uma proposta que se propõe simplesmente a preparar seus estudantes para o mercado de trabalho desenvolvendo o que Araújo denomina de uma “pedagogia pragmática” que se caracteriza pela simples unificação dos conteúdos currículos da formação básica com os do ensino profissional. Ou se pretende desenvolver uma formação mais completa e integral da pessoa por meio de uma “pedagogia da práxis” caracterizada por uma forma de execução mais complexa na medida em que os conteúdos (gerais e profissionais) não estariam apenas justapostos, mas sim dialogando ao longo do processo formativo (ARAÚJO; ARAÚJO, 2017; MORAIS, 2016; RAMOS 2014; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

A partir da combinação de dois importantes instrumentos, o Decreto nº 5.154/2004 e os Convênios com o governo federal por meio do Programa Brasil Profissionalizado (PBP), entre 2008 a 2011, o governo de Ana Júlia Carepa (2007 a 2010) buscou implementar, a partir de 2008, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede de Escolas Tecnológicas e para tal estimulou ações e promoveu algumas formações ao corpo de educadores do sistema estadual. Segundo Rocha (2010):

A Coordenação de Educação Profissional/SEDUC realizou nos anos de 2008 a 2010 na Rede de Escola Tecnológicas - EETEPAS, visitas de Assessoramento Técnico Pedagógico com o objetivo de ampliar instrumentos de captação da realidade operacional acerca dos procedimentos de elaboração do projeto político-pedagógico, organização da proposta curricular, organização de conselho escolar, concepção de programas/projetos pedagógicos, oferta de vagas para grupos e segmentos da comunidade, realização de parcerias com entidades produtivas e sociedade civil, além de discutir sobre a implementação da educação integrada do Ensino Médio e Educação Profissional, prestar orientação técnica relativa aos procedimentos norteadores da integração do Ensino Médio Integrado e identificar dificuldades e pontos de equívocos no processo de implementação da educação integrada nas escolas que oferecem EP. (ROCHA, 2010, p. 7).

Neste esforço, o governo estadual começa a pôr em prática a desafiadora tarefa de disseminar o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede de Escolas de Ensino Técnico do Estado do Pará (Rede EETEPA). E um dos importantes instrumentos deste processo foi a parceria realizada com o governo federal por meio do Programa Brasil Profissionalizado (PBP).

O Programa Brasil Profissionalizado foi criado em 2007 pelo governo federal e teve por objetivo conceder apoio financeiro às redes públicas de ensino dos estados e do Distrito Federal, com vistas ao fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional. Ele foi responsável pela reforma e modernização de escolas técnicas, estruturação de laboratórios, além do financiamento de recursos pedagógicos e de formação e qualificação dos profissionais da educação (BRASIL, 2022).

Contudo, mesmo diante de todas essas iniciativas, há de se pontuar que ainda não se alcançou a plena efetivação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na rede estadual. Corroborando essa idéia, Silva e Coimbra (2013) nos revelam, por exemplo, que na Escola Tecnológica Magalhães Barata:

[...] o que encontramos na instituição é a falta de uma identidade, pois de acordo com os diálogos com docentes percebe-se que a visão deles está dividida, assim como a educação, pois **um tem o pensamento de preparar seus alunos somente para atender o mercado, já outros pensam** de maneira totalmente diferente de forma a **prepará-los não somente para o mercado, mas sim de forma que eles escolham o caminham que devam seguir, sendo uma formação mais completa.** (SILVA; COIMBRA, 2013, p. 8, grifo nosso).

Percebemos, neste exemplo em particular, que um dos gargalos para o desenvolvimento do Ensino Médio Integrado está na falta de clareza quanto ao modelo pedagógico que se quer desenvolver. Outro aspecto a ser dito é que há uma distância entre querer realizar uma formação mais completa (formação integrada) e conseguir de fato realizar esta tarefa, que como sabemos requer muita preparação do corpo docente e a constituição de uma rede de apoio formada tanto pelos demais profissionais da educação (diretores e técnicos escolares) quanto pelos dirigentes das instituições gestoras (secretarias de educação, conselhos e etc.).

Ainda sobre esse aspecto, é importante ressaltar que os dados coletados junto aos docentes através da aplicação do questionário confirmaram essa falta de clareza dos elementos norteadores da EPT estadual.

Neste sentido, quando os docentes pesquisados foram questionados sobre qual seria a concepção que orienta a educação profissional do sistema estadual, metade dos pesquisados respondeu que consistiria em desenvolver uma formação voltada para o mercado de trabalho



(P4, P6, P8, P10, P11 e P12), conforme podemos verificar nas respostas a seguir:

P4: “Formação de jovens e adultos para o mercado de trabalho”

P6: “De capacitar o aluno para o mercado de trabalho, voltados para os principais anseios da comunidade!”

P8: “Formação para o mercado de trabalho”

P10: “Uma educação voltada para o discente ingressar no mercado de trabalho”.

P11: “Qualificar e preparar para o mercado de trabalho”

P12: “Educação voltada para a formação de um futuro profissional”.

Apenas um (P7) entregou uma resposta mais aproximada ao que se almeja para uma educação profissional integrada embasada nos princípios da formação integral/omnilateral:

P7: “Formar para direcionar ao mundo do trabalho, em conformidade com a globalização, com a tecnologia e comunicação. No sentido de serem agentes transformadores e críticos”.

Entre os demais (um total de cinco), obtivemos respostas muito imprecisas. Um deles não soube informar (P3). Dois deixaram o questionamento sem resposta (P1 e P5); outros dois deram respostas confusas (Entrevistados 2 e 9):

P1: “S/R”

P2: “Indispensável”.

P3: “Não sei informar”.

P5: “S/R”

P9: “Concepção entre os saberes e as experiências incorporados pelo trabalhador na EPT”.

Diante desses dados, vemos que o corpo docente se apresenta dividido quanto ao modelo pedagógico de Educação Profissional ou no mínimo com bastante imprecisão quanto aos preceitos que norteiam a educação profissional, conforme destacamos há pouco na experiência da Escola Técnica Magalhães Barata relatada por Silva e Coimbra (2013). E mesmo se soubessem claramente qual o modelo que a rede estadual adota, ainda assim entendemos que para o bom andamento de uma proposta tão complexa quanto a do Ensino Médio Integrado, é necessário a adoção de processos formativos contínuos direcionados aos profissionais da educação desta modalidade de ensino.

Acreditamos que um projeto de Ensino Médio Integrado deve estar fundamentado na pedagogia da práxis, pois a mesma congrega os pressupostos necessários à efetivação de tal projeto. Tal modelo pedagógico estimula: o diálogo entre os conhecimentos gerais e os específicos ao longo do processo formativo; a contextualização histórica e a descompartmentalização do conhecimento; a aplicação do trabalho como princípio educativo, dentre outros elementos imprescindíveis à formação omnilateral que a educação integral almeja entregar (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003; RAMOS, 2008; 2014; MORAIS, 2016).

A proposta aqui defendida fundamenta-se também nos pressupostos defendidos por Gramsci em seu projeto de Escola Unitária, ou seja, aquela que busca a todo o momento a construção da autonomia dos indivíduos sob uma perspectiva crítica, que estimula uma prática docente centrada no movimento dialético entre o fazer e o pensar. Entendendo que uma educação integral deve romper com a proposta de dois tipos diferentes de educação, uma para as elites e outra para a classe trabalhadora. Nas palavras deste estudioso, o desenvolvimento de uma educação deste tipo passa pela construção

[...] de uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de maneira equânime o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual. Desse tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI apud NOSELLA; AZEVEDO, 2013, p. 27).

Entendemos que o projeto de Ensino Médio Integrado deve estar ancorado em uma formação omnilateral, isto é, voltado ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. E isto não se constrói através de uma formação curta, aligeirada e sem recursos, muito pelo contrário, requer tempo e espaços formativos, planejamento e ações continuadas para que possa se concretizar e entregar uma educação que contemple todas as facetas humanas: a intelectual, a política, a econômica, a social e etc. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003; RAMOS 2014; RODRIGUES; SOUZA, 2017).

Seguimos afirmando que a proposta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional constitui-se em uma forma de aplicação inovadora dos conteúdos curriculares da educação básica e profissional e não de uma mera aglomeração/unificação dos mesmos, como foi

constatado em uma das mais tradicionais escolas da rede estadual de educação profissional, fato já referido anteriormente, mas que não custa nada reforçar:

A partir das leituras e das vivências na Escola Técnica Estadual Magalhães Barata – ETEMB compreendemos que a instituição possui o ensino médio integrado, mas que ainda não está efetivado devido a questões que vão além dos esforços da própria instituição, pois necessitam de uma formação continuada principalmente com a implantação dessa modalidade de ensino, a integrada, que traz consigo uma riqueza de informações que confundem os sujeitos envolvidos no processo. (SILVA; COIMBRA, 2013, p. 8).

Nestes termos, acreditamos que a incapacidade do sistema estadual em alcançar resultados mais efetivos quanto ao projeto de integrar a educação básica à profissional, está fortemente relacionada a dois fatores. O primeiro diz respeito à indefinição sobre que modelo pedagógico é adotado pela rede estadual (o que definimos como diretrizes norteadoras). O outro fator está relacionado com a deficiente formação dos professores quanto aos pressupostos teóricos da formação integrada. Sendo este segundo aspecto o que trataremos mais detalhadamente a seguir.

### **O retorno do PSDB e a gestão por resultados**

A partir de 2011 teremos o retorno Simão Jatene (PSDB), com dois mandatos consecutivos (de 2011 a 2018). Neste novo momento, a EPT estadual ficou marcada tanto pela execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) quanto do Pará Profissional, este último de iniciativa e financiamento estadual.

No que se refere ao PRONATEC, este programa foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira tanto para instituições públicas quanto privadas (BRASIL, 2021). No período de execução do PRONATEC houve a ampliação do número de escolas tecnológicas, muitas das quais foram equipadas com mobiliário e recursos pedagógicos e ao longo desse processo ocorreu uma elevação significativa no percentual de matrículas (Idem, 2010; NASCIMENTO, 2012).

O Programa Pará Profissional, outra política pública que passou a impactar essa

modalidade de ensino estadual, foi desenvolvido e coordenado por uma Secretaria recém-criada pelo governo Jatene em 2016, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica - SECTET.

No discurso oficial, este programa estadual foi concebido como um instrumento para ampliar a inclusão da população ao mercado de trabalho por meio de capacitação e formação profissional alinhado às especificidades dos municípios paraenses e de ações conjuntas entre órgãos estaduais e entidades afins, coordenadas pela SECTET (Lei 8.096/15, art. 50º 14, XIV). Executando-o, a SECTET conseguiu realizar 550 cursos FIC e de Qualificação Profissional em 63 municípios de todas as 12 Regiões de Integração do Estado, estabelecendo parcerias com 20 prefeituras municipais, quatro órgãos do governo estadual, quatro entidades do setor privado, duas instituições federais e duas instituições do Sistema S, resultando com isso em 9.300 pessoas qualificadas entre 2016 a janeiro de 2019 (SECTET, 2020).

Um aspecto forte deste programa foi sua busca pelo modelo sociopolítico baseado no princípio da governança<sup>8</sup> e no esforço de qualificação de inúmeros trabalhadores por meio de parcerias com instituições e/ou empresas. Para tal, o mesmo buscou construir um Comitê Gestor, o CGIEP (Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica).

Completava esta estrutura o Fórum Permanente de Educação Profissional e Tecnológica (FPEP), o qual agregava representantes governamentais e não governamentais cujas atividades estivessem direta ou indiretamente relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica com o objetivo de consolidar o eixo participativo do CGIEP (XERFAN, 2018).

Se a busca pelo princípio da governança foi o ponto forte do Programa Estadual Pará Profissional, sua fragilidade reside no aspecto gerencialista da busca por resultados. Nisto, primava por alcançar números significativos priorizando a oferta de cursos de curta duração (os FICs), de menor custo e de maior alcance populacional e pouco investindo em cursos técnicos (mais caros e de menor alcance populacional).

Em síntese, neste novo momento do PSDB no comando da EPT estadual tivemos avanços na medida em que os recursos provenientes Programa Brasil Profissionalizado

---

<sup>8</sup> Segundo o Banco Mundial, “governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções”.

catalisaram melhorias na rede de escolas tecnológicas (Rede EETEPA) e a execução do Programa Pará Profissional possibilitou o atendimento das necessidades mais imediatas dos trabalhadores e das instituições parceiras (Idem, 2018).

Entretanto, ao longo desses oito anos de gestão do PSDB, não se deu prosseguimento em aspectos igualmente valiosos iniciados no governo anterior, tais como: estímulo à participação das escolas tecnológicas em eventos de EPT; o aprimoramento do programa de Ensino Médio Integrado e também da necessária construção de processos formativos continuados, voltado ao aperfeiçoamento docente.

Defendemos a premissa de que um sistema que não desenvolve um projeto de Estado em suas políticas públicas educacionais está sujeito a perpetuar ações que pouco ou nada contribuem para o aprimoramento do modelo que se vem praticando. Neste sentido corroborem com Giron (2012) quando afirma que:

As políticas públicas foram e são implementadas, reformuladas ou desativadas de acordo com as diferentes formas, funções e opções ideológicas assumidas pelos dirigentes do Estado, nos diferentes tempos históricos. Com relação à proposição de políticas educacionais, isso não é diferente (...). A cada modelo de Estado também corresponde uma proposta de educação (...). (GIRON, 2012, p. 18).

### **Por uma formação docente especificamente voltada ao magistério em Educação Profissional e Tecnológica**

Outro grande gargalo presente no sistema de EPT estadual diz respeito à carente qualificação docente quanto ao exercício do magistério específico da docência em Educação Profissional e Tecnológica. Neste sentido, entendemos que a construção de um projeto que ambiciona o aprimoramento desta modalidade de ensino requer que se construam processos formativos que possibilitem o diálogo entre os conhecimentos da base geral com os do campo profissional, promovendo a necessária interdisciplinaridade que a educação para o trabalho necessita (RODRIGUES; SOUZA, 2017).

A questão relacionada à ausência de uma formação específica para o magistério em Educação Profissional e Tecnológica não é uma questão exclusiva de nosso estado e nem de nosso período histórico. Muito pelo contrário, trata-se de uma dificuldade muito presente Brasil afora desde tempos remotos, como bem destaca Burnier (2007), pois segunda esta autora, no



Brasil “nunca existiu uma política sistematizada, coerente e duradoura de formação inicial e continuada direcionada a professores da educação profissional” (BURNIER, 2007, p. 1).

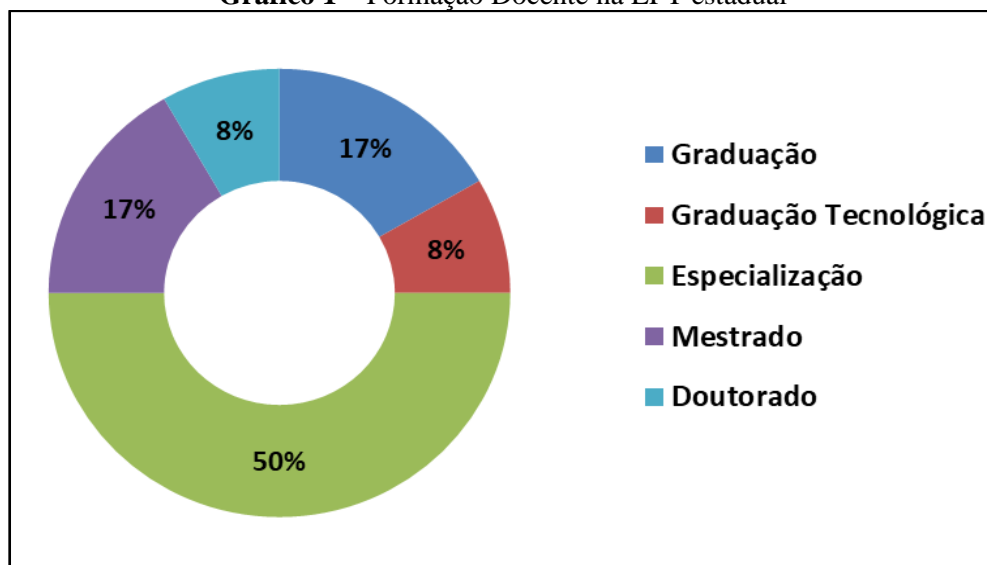
Sobre esse aspecto da educação profissional paraense, Araújo (2010) afirma que:

Como pesquisadores vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação - GEPTE - da Universidade Federal do Pará, temos sido chamados com alguma frequência por diferentes interlocutores de instituições de educação profissional do Estado do Pará a colaborar com a definição de estratégias desta modalidade de ensino e, em particular, com estratégias de formação de educadores capazes de lidar com a educação profissional, em uma perspectiva contrária ao modelo que tem prevalecido de capacitação estreita e limitada aos interesses imediatos postos pela realidade atual. (ARAÚJO, 2010, p. 54).

Neste depoimento constatamos o esforço na construção de alternativas voltadas ao aprimoramento da docência em Educação Profissional e Tecnológica do sistema estadual. Contudo, como já referido anteriormente, esse esforço ocorreu apenas em um breve momento da trajetória da EPT estadual quando a mesma esteve sob o governo de Ana Júlia Carepa (entre 2007 a 2010) e sem que o mesmo se constituísse em um projeto de Estado por meio da construção de um plano de longo prazo que objetivasse a resolução desse desafio.

Aproveitando este debate sobre a condição atual de formação do quadro docente na EPT estadual, veremos no gráfico a seguir como ela está caracterizada (ver gráfico 1).

**Gráfico 1 – Formação Docente na EPT estadual**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

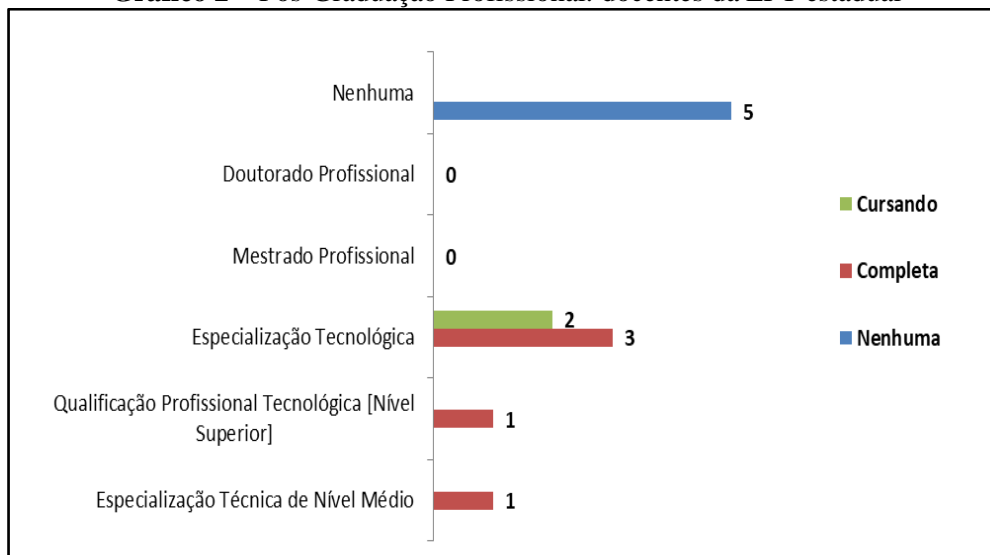
A análise do gráfico 1 nos revela que 75% dos docentes pesquisados, possuem algum tipo de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) e somente 25% são apenas graduados (graduação ou graduação tecnológica).

Entendemos que esse elevado percentual de qualificação em nível de pós-graduação tem potencial para impactar significativamente nesta modalidade de ensino, contudo nossa pesquisa não foi direcionada para medir tais impactos.

Recorremos a esses dados para mostrar que a EPT-Pa apresenta um quadro docente com um significativo percentual de qualificação em nível de pós-graduação acadêmica, mas esse fato, apesar de possuir grande valor, não é suficiente para equalizar os gargalos desta modalidade educacional, tendo em vista que o mesmo apresenta como uma de suas grandes deficiências a incipiente qualificação em aspectos formativos específicos da docência na área Profissional e Tecnológica, como quando se constata pelo mesmo gráfico, que um percentual muito reduzido de docentes possuem uma formação dentro da área de EPT, os 8% com graduação tecnológica.

De posse dos dados do gráfico 2, a seguir, vemos que tal realidade (restrita formação/qualificação na área profissional e tecnológica), tende a ser ainda mais grave, pois dos doze pesquisados, apenas seis apresentam alguma pós-graduação na área profissional e tecnológica. Três deles possuem uma graduação tecnológica e dois ainda estão cursando. Um possui uma graduação tecnológica de nível superior e por fim temos um que possui uma especialização técnica de nível médio. Nenhum dos pesquisados possui mestrado ou doutorado profissional.

**Gráfico 2** – Pós-Graduação Profissional: docentes da EPT estadual



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados obtidos na aplicação de questionários.

Diante desses dados, constatamos que o percentual de docentes da EPT-Pa que possuem uma qualificação específica na área profissional e tecnológica, é muito reduzido. O que para nós poderia ser mitigado a partir da construção de programas de qualificação que disponibilizasse a esse corpo de profissionais, cursos de especialização tecnológica, mestrado e doutorado profissionais, assim como, formações continuadas com ênfase nos aspectos pedagógicos da docência em Educação Profissional e Tecnológica.

Vemos então que a promoção de políticas públicas (programas de qualificação específicos para o exercício da docência profissional e tecnológica) constitui-se em uma ação necessária a essa modalidade de ensino estadual a fim de, quem sabe, equacionar um de seus maiores gargalos, qual seria, a reduzida formação pedagógica dos docentes sobre os aspectos específicos da área profissional e tecnológica.

### Considerações finais

O percurso da educação profissional estadual do Pará foi marcado por constantes reformas, as quais mesmo possibilitando algumas conquistas que promoveram relativas melhorias ao sistema, ainda assim foram incapazes de solucionar importantes questões que impossibilitam um maior desenvolvimento desta modalidade de ensino.

Os diversos projetos de gestão colocados em prática pelo poder público estadual pouco

enfatazaram a resolução de impasses tais como a construção de um programa de formação especificamente voltado ao exercício do magistério em Educação Profissional e Tecnológica, ou mesmo, resolver ou amenizar os gargalos que impedem a implementação efetiva do Ensino Médio Integrado. Muito pelo contrário, acabaram por terceirizar responsabilidades que deveriam ser suas e as transferiram para a administração privada (como na experiência de gestão da OS-ETTP).

Ao longo das análises desenvolvidas, constatamos que a hegemonia do projeto gerencialista na condução da EPT estadual, somente interrompido pelo breve governo de Ana Júlia (entre 2006 a 2010), constitui-se como principal responsável pela condição de letargia que a mesma vem apresentando atualmente, caracterizada pela intensa aplicação de práticas administrativas baseadas na busca por resultados (gerencialismo); pelas constantes mudanças na forma de condução da educação profissional (reformas na legislação e nos projetos de gestão), as quais, entre outras coisas, promoveram ações descontinuadas nos programas e projetos desenvolvidos.

Ainda como fator marcante da EPT estadual temos o incipiente domínio, por parte do corpo docente, dos pressupostos teórico-metodológicos que subsidiam a proposta de Ensino Médio Integrado sob a concepção da formação integral e das diretrizes norteadoras da EPT estadual; a ausência de um amplo e continuado programa de formação voltado ao aperfeiçoamento do magistério em Educação Profissional e Tecnológica.

Com relação aos elementos norteadores da EPT estadual, a pesquisa também revelou que não há clareza, pelo menos entre os docentes, quanto ao modelo que o sistema estadual adota, pois se para alguns professores a educação profissional se propõe simplesmente a preparar para o mercado de trabalho, para outros, trata-se de desenvolver no educando uma formação que o prepare tanto para atuar no mundo do trabalho quanto na vida social e política, revelando assim distintas concepções de Educação Profissional e Tecnológica e consequentemente criando uma imprecisão quanto ao perfil de egresso que se almeja formar.

Vale destacar que o processo de implementação do ensino médio integrado à educação profissional é complexo, pois envolve vários fatores que podem interferir nele. Nossa pesquisa conseguiu mapear alguns desses fatores que podem ter contribuído para a implementação do ensino médio integrado à educação profissional no Pará não tenha ocorrido de forma plena no

período analisado: 1) há falta de clareza sobre definições importantes, sejam teóricas ou metodológicas (ou qualquer outra), entre os docentes atuantes na EPT-Pa; 2) constantes mudanças de rumo nas diretrizes federais e nos projetos e programas implementados pela gestão estadual; 3) formação docente deficiente em áreas específicas (profissionais e tecnológicas); 4) baixos investimentos em processos de capacitação/qualificação dos docentes que estão exercendo atividades nessa modalidade de ensino; 5) identidade profissional fraca entre os docentes atuantes na EPT.

Destarte, entendemos que diante das diversas dificuldades que o sistema estadual de EPT-Pa enfrenta, é senhor que o mesmo disponha de um projeto amplo e contínuo (de Estado e não de governo) voltado à resolução das questões relativas ao quadro docente e à efetiva implementação de Ensino Médio Integrado visando o aperfeiçoamento desta modalidade de ensino.

## Referências

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Formação de docentes para a educação profissional e tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 53–63, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8586>. Acesso em: 14 abr. 2021.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima.; FRIGOTTO, Galdêncio. (2015). Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, 52(38), 61-80. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>. Acesso em: 22 set. 2020.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima.; ARAÚJO, Maria Auxiliadora Maués de Lima. A lógica do capital na gestão da educação profissional paraense: o caso da OS-ETTP. **Revista Labor**, v. 1, n. 9, p. 102 - 115, 16 mar. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6615>. Acesso em: 03 dez. 2019.

BRASIL. Portal do MEC: PRONATEC, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Portal do MEC: Programa Brasil Profissionalizado, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/brasil-profissionalizado>. Acesso em: 04 fev. 2022.

BURNIER, Suzana. A docência na educação profissional. In: Reunião anual da ANPED, 29, 2007, Caxambu - Minas Gerais. **Anais**. Minas Gerais: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2007. Disponível em <http://www.https://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT08-1838--Int.pdf>.



Acesso em 26 out. 2020.

CARVALHO, Lorena Sousa.; SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em questão**, vol. 50, n. 36, p. 211-239, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7085>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FALCONER, Andres Pablo.; FISCHER, Rosa Maria. Desafios da Parceria Governo e Terceiro Setor. **Revista de Administração da USP - RAUSP**, São Paulo, v. 33, N. 1, p. 12 a 19, Jan/Mar. 1998. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2508429/mod\\_resource/content/1/Fischer%20e%20Falconer%20%281998%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2508429/mod_resource/content/1/Fischer%20e%20Falconer%20%281998%29.pdf). Acesso em 30 out. 2018.

FERES, Marcelo. Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no Brasil e sua articulação com o Ensino Médio. Disponível em: [https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/EPT\\_Estudo\\_MarceloFeres.pdf](https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/EPT_Estudo_MarceloFeres.pdf). Acesso em: 19 jun. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Perspectiva, **Revista do Centro de Ciências da Educação**. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. n. 1, p.71-87, 2001. Disponível em: <http://www.oei.es/n6301.htm>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio.; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fwBNt6pKWJKTdYrCkxHjPdQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2022.

GIRON, Graziela Rossetto. (2012). Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com cidadania? *Revista De Educação PUC-Campinas*, (24). Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/109/97>. Acesso em: 24 fev. 2021.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 67-79. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Brasil profissional. Acesso em: 27 mar. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 mai. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MORAIS, Kleber Augusto Fernandes de. **Da pedagogia do acaso à pedagogia da práxis: representações sociais de docentes médicos em processo de resignificação**. 2016. 227 p. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8441>. Acesso em: 16 abr. 2021.

NASCIMENTO, Adriane Suely Rodrigues do. **Financiamento e educação profissional: análise do Programa Brasil Profissionalizado no Estado do Pará**. 2012. 175 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA\\_6b00d6767466593107eb6f1cdc4304d5](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_6b00d6767466593107eb6f1cdc4304d5). Acesso em: 14 mar 2021.

NOSELLA, Paolo.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, 15(2), 25-33. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/20180>. Acesso em: 23 jan. 2022.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. In: **SEMINÁRIO SOBRE ENSINO MÉDIO**, 2008. Secretaria de Educação do Pará. 08-09 maio 2008. Disponível em: <http://200.189.113/det/arquivos/FILES/TEXTOS/Concepção-ensino-médio-integrado-MARISE-RAMOS.pdf>.

RAMOS, Marise. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Coleção Formação Pedagógica; v. 5.

ROCHA, Alexandre Penante da (Org.). Os Avanços da Educação Profissional no Estado do Pará: uma experiência inovadora. Belém, 2010. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/os-avancos-da-educacao-profissional-no-estado-do-para-uma-experiencia-inovadora/53355>. Acesso em 17 set. 2018.

RODRIGUES, Iaponira da Silva.; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Formação de professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.17, n.2 [72], p.621-638, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644682>. Acesso em 22 mai. 2020.

SECTET. **Lei no 8.427, de 16 de novembro de 2016**. Cria o Programa de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do Estado do Pará, denominado “Pará Profissional”, e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.sectet.pa.gov.br/sites/default/files/Lei%20Par%C3%A1%20Profissional\\_0.pdf](http://www.sectet.pa.gov.br/sites/default/files/Lei%20Par%C3%A1%20Profissional_0.pdf).

Acesso em: 16 out. 2020.

SILVA, João Batista do Carmo.; COIMBRA, Michelle Ferreira. O ensino médio integrado à educação profissional: um projeto em construção na Escola Técnica Estadual Magalhães Barata – ETEMB. Belém, 2013. Disponível em: <https://1library.org/document/z153d38y-integrado-educacao-profissional-projeto-construcao-tecnica-estadual-magalhaes.html>. Acesso em: 16 dez. 2021.

TEODORO, Elinilze Guedes. **Escola Técnica Estadual do Pará e as políticas de educação profissional no Pará**. 2010. 183 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2010. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16671/16671\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16671/16671_1.PDF). Acesso em: 16 out. 2020.

VASCONCELLOS, Liliana.; GUEDES, Luis. E-Surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica. In: X SemeAd – **Seminário em Administração FEA/USP**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/420.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

XERFAN, Andrea Pinheiro. Governança local em educação profissional e tecnológica: o caso do Programa Pará Profissional no Município de Ulianópolis-PA. 2018. 162 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10884>. Aceso em: 02 set. 2022.

Submissão em: 15/08/2022

Aceito em: 09/11/2023

Citações e referências  
conforme normas da:

